

## Perfis de coabitação em Portugal: percursos, contextos e orientações

*Sofia Aboim*<sup>57</sup>

Tema em voga nas abordagens sociológicas da família, os modos de formação do casal constituem uma das áreas da vida privada cuja permeabilidade às mutações sociais se tem revelado inegável. Têm, com efeito, vindo a aumentar as uniões de facto e os filhos fora do casamento, os casamentos civis e a coabitação pré-nupcial, tendências comumente entendidas enquanto sinalizadoras de processos de modernização de uma vida familiar que se foi tornando cada vez mais privada e mais adaptada às exigências dos ritmos individuais. Viver juntos sem casar, inicial ou permanentemente, tendo ou não filhos, é, por conseguinte, uma prática que tem, muitas vezes, sido interpretada enquanto resposta prática ao declínio normativo do casamento como instituição rigidamente codificada, em prol da realização afectiva dos indivíduos através da relação com o outro.

Com efeito, algumas propostas sociológicas frisam a cumplicidade entre o processo de modernização da vida familiar e a expansão da coabitação (Roussel 1987; Bozon 1991), encarando-a como inequívoco indicador da desinstitucionalização do casamento, que sinaliza não só o enfraquecimento da instituição matrimonial, mas ainda a passagem do “casamento como instituição” para modelos de organização familiar centrados no bem estar emocional e na paridade entre indivíduos.<sup>58</sup> Ambos os aspectos se encaixam no amplo processo de privatização da vida familiar, cujo tracejado nos foi bem desenhado pelos historiadores das mentalidades (Ariès 1973, Shorter 1977), ao apontarem a crescente primazia dos sentimentos (amoroso e parental) na estruturação da vida familiar. A eleição do amor como fundamento último da família estaria, por conseguinte, fortemente imbricada nalguns processos fundadores da modernidade: o processo de individualização social (Beck *et al.* 1995), em que o indivíduo passa a ser a unidade central das relações sociais; e o movimento de autonomização da vida privada sobre os códigos sociais reguladores dos comportamentos familiares.

O aumento da coabitação significaria, assim, não só uma perda de importância do vínculo institucional, conforme a uma sedimentação de “valores seculares”<sup>59</sup> (Inglehart 1997), mas também um incremento de autonomia individual (a que não são alheias as mudanças ocorridas na situação das mulheres). Nesta perspectiva, o aumento da coabitação conjugal é explicado

---

<sup>57</sup> ICS.

<sup>58</sup> Note-se a recorrente utilização da antinomia tradicional/moderno para categorizar os modelos familiares, de acordo com a distinção ideal-típica entre “instituição” e “companheirismo”, proposta por Burgess *et al.*, em 1945 e complexificada, mais tarde, por Roussel (1989). O primeiro modelo supõe uma predominância de finalidades económicas e estatutárias, uma norma autoritária de funcionamento e a sujeição às pressões exteriores do meio social. O segundo privilegia a realização pessoal e afectiva, a igualdade e normas de funcionamento democráticas.

<sup>59</sup> Ou seja, aqueles que se distanciam da institucionalidade, da rigidez fundada na religião, da indissolubilidade dos vínculos familiares.

de acordo com uma interpretação modernista, acentuando-se a maior liberdade de que os indivíduos dispõem para construir a sua vida e o reforço de dinâmicas centradas na autonomia e na igualdade de género (Roussel 1989; Galland 1991; Bozon 1991).

Mas, como alguns estudos têm também demonstrado (v. Kaufmann 1993; Villeneuve-Gokalp 1990; Léridon e Villeneuve-Gokalp 1988), a coabitação não é uma prática homogénea. Além das explicações pela via modernista, que convocam factores como a crescente autonomia das mulheres ou o reforço da experimentação juvenil, aponta-se a necessidade de procurar os vários modelos de coabitação em função das características sócio-culturais de cada subpopulação. Fazendo uso desta perspectiva, Bawin-Legros (1988) e Villeneuve-Gokalp (1990) separam a coabitação tradicional, normalmente substitutiva do casamento, comum aos meios operários, da coabitação como opção ideológica ou como fase de transição, mais habitual entre as classes médias, advogando a necessidade de articulação entre coabitação e meio social, variável-chave na divisão entre formatos tradicionais e modernos de união de facto.

Realidade complexa, as formas de coabitação conjugal são um objecto de pesquisa elegível quando se trata de perceber em que medida se assiste na sociedade portuguesa a uma desinstitucionalização da conjugalidade ou, pelo contrário, à proliferação de situações de sobrevivência económica ou mesmo de exclusão social, que podem, muitas vezes, obstar à formalização da conjugalidade, como tradicionalmente se verificava em algumas regiões de Portugal (por exemplo, no Alentejo).

Partindo de dados quantitativos de carácter longitudinal sobre os percursos de formação do casal,<sup>60</sup> que nos permitem ultrapassar alguns dos limites decorrentes do carácter fotográfico das estatísticas demográficas ou dos recenseamentos da população, procuramos, assim, investigar a diversidade interna das práticas de coabitação. A observação dos vários perfis de coabitação segundo as posições sociais dos seus protagonistas, as relações de género produzidas no casal e a orientação para determinado tipo de coesão na vida familiar fazem ainda emergir os diferentes significados sociais dos diversos tipos de experiências informais.

## Os perfis de coabitação

Tendo como inspiração as propostas de Roussel ou de Villeneuve-Gokalp, que descobriram diferentes perfis de coabitação entre os casais franceses, procuramos identificar os vários estilos de experiências de conjugalidade informal com base em variáveis de "temporalidade" conjugal: o carácter durável ou transitório da experiência; a sua duração mais ou menos longa, caso se trate de uma experiência transitória; o ter-se ou não tido filhos durante o período de coabitação; e, o tratar-se de uma primeira ou de uma segunda conjugalida-

---

<sup>60</sup> Trata-se de um inquérito realizado em 1999 a uma amostra representativa de 1776 mulheres portuguesas (do Continente) entre os 25 e os 49 anos, a viver em conjugalidade e com pelo menos um filho co-residente entre os 6 e os 16 anos. O projecto de investigação "Famílias no Portugal Contemporâneo: momentos de transição, interacções familiares e redes sociais", realizado no quadro do ICS e do CIES/ISCTE, é coordenado por Karin Wall e constituído por uma equipa de vários investigadores.

de, elemento particularmente diferenciador no caso da união de facto de longa duração.

No entrecruzamento destas variáveis encontramos cinco principais perfis de coabitação, cada um com a sua lógica particular (quadro n.º 1). Em cerca de dois terços dos casos a coabitação é transitória, sendo de apenas um terço a proporção de casais que vive actualmente em união de facto, opção, portanto, bastante mais minoritária. Vejamos mais detalhadamente cada um destes perfis.

A primeira lógica de coabitação, que agrupa o maior número de casais (32,1 %), é a de “pré-casamento”, encontra correspondência naquela que Roussel denomina de “coabitação de noivado”. A coabitação de “pré-casamento” é, assim, a que, em termos etários e de encadeamentos entre as fases conjugais, mais se aproxima do casamento, constituindo um prelúdio rápido do mesmo. De facto, esta coabitação relâmpago nunca ultrapassa o primeiro ano de vida a dois, ficando o nascimento do primeiro filho do casal normalmente adiado para mais de um ano depois da data do casamento formal. Portanto, apesar de o par conjugal ter começado por coabitar, a passagem rápida para uma situação formal é a marca característica deste perfil de coabitação. Perfil que, repita-se, acaba por ser o mais comum entre os casais pesquisados, assinalando a fugacidade de uma parcela significativa das experiências de coabitação.

Uma segunda lógica de coabitação transitória, que abarca, contudo, um menor número de casais (18%), é a que intitulámos de “experimentação”. Estes casais alargam, muito mais do que os anteriores, o período de vivência pré-nupcial (4 anos em média), adiando por mais tempo a formalização da união, muito embora a chegada do primeiro filho só ocorra depois de realizado o casamento. A união está assim “bem experimentada” quando se decide dar um nó formal, para cerca de um ano depois se ter, então, um filho. Em virtude do alargamento do período coabitante, estes acabam por ser os casais cuja socialização a dois mais se prolongou, chegando, em média, aos cinco anos.

O último perfil de coabitação transitória difere significativamente dos dois anteriores, pois o longo período de coabitação (em média 7,5 anos), que as mulheres iniciaram relativamente cedo (mais de metade fê-lo antes dos 20 anos), inclui a chegada de pelo menos um filho, que nasce cerca de 6 anos antes da data do casamento. Trata-se, por conseguinte, de uma coabitação de “entrada na parentalidade”, em que o início da conjugalidade e o nascimento do primeiro filho do casal se distanciam por poucos anos. A passagem para o formato de família nuclear durante o período de coabitação é, portanto, o traço distintivo deste perfil de coabitação, que abrange cerca de 1/5 dos casais da amostra.

No grupo de casais que sempre viveram em união de facto, as lógicas de recasamento marcam a presença mais significativa, abrangendo cerca de 21% dos casos e demonstrando a extrema cumplicidade entre uma opção informal de tracejado mais permanente e a reorganização da vida conjugal após uma anterior ruptura. Neste tipo de união de facto pelo menos um dos cônjuges já teve uma outra experiência conjugal, evidenciado-se a curtíssima duração do namoro e a idade mais avançada da mulher quando iniciou a relação conjugal.

**Quadro n.º 1 - Perfis de coabitação (n=1776)**

		Total de casados	Total de coabitantes	Pré-casamento	Experi- mentação	Entrada na paren- talidade	União de facto 1.ª conjuga- lidade	União de facto recasa- mento
	<i>Total absolu- to</i>	1499	277	89	49	61	21	57
	%	84,4	15,6	32,1	17,7	22,0	20,6	7,6
Anos de duração do namoro	Menos de 1 ano	4,6	35,4	31,5	26,5	32,8	23,8	56,1
	1-2 anos	39,5	47,7	52,8	55,1	47,5	47,6	33,3
	3 e mais anos	55,8	17,0	15,7	18,4	19,6	28,5	10,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	<b>Média</b>	<b>3,3</b>	<b>1,5</b>	<b>1,4</b>	<b>1,7</b>	<b>1,6</b>	<b>2,8</b>	<b>0,9</b>
Idade da mulher na entrada na conjugalidade	Até 19 anos	23,6	32,5	32,6	32,7	54,1	52,4	1,8
	20-24 anos	56,9	33,2	38,2	34,7	27,9	33,3	29,8
	25-29 anos	16,3	18,1	19,1	22,4	13,1	4,8	22,8
	30 e mais anos	3,2	16,2	10,1	10,2	4,9	9,5	45,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	<b>Média</b>	<b>22,0</b>	<b>22,9</b>	<b>22,0</b>	<b>22,5</b>	<b>20,7</b>	<b>20,6</b>	<b>28,0</b>
Intervalo entre o início da coabitação e o casa- mento (nos coabitantes iniciais)	Até 1 ano	—	47,7	100,0	—	9,8	—	—
	2-4 anos	—	25,6	—	69,4	27,9	—	—
	5 e mais anos	—	26,6	—	30,6	62,3	—	—
	Total	—	100,0	100,0	100,0	100,0	—	—
	<b>Média</b>	<b>—</b>	<b>3,6</b>	<b>0,5</b>	<b>4,2</b>	<b>7,5</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Diferença entre a data de de nasci- mento do 1.º filho e a data do casamento (nos coabi- tantes iniciais)	Mais de 1 ano antes do casamento	—	21,6	—	—	70,5	—	—
	1 ano antes	—	9,0	—	—	29,5	—	—
	Mesmo ano	—	10,6	11,2	22,4	—	—	—
	Um ano depois	—	21,1	34,8	22,4	—	—	—
	Mais de um ano depois	—	37,7	53,9	55,1	—	—	—
	Total	—	100,0	100,0	100,0	100,0	—	—
	<b>Média</b>	<b>—</b>	<b>0,6</b>	<b>2,1</b>	<b>0,9</b>	<b>-5,7</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Intervalo entre início da conjuga- lidade e nas- cimento do 1.º filho	Antes ou mesmo ano	10,0	14,8	5,6	—	27,9	28,6	25,0
	1-2 anos	57,9	42,4	53,9	16,3	47,5	33,3	45,5
	3 ou mais anos	32,0	42,8	40,4	83,7	24,6	38,1	29,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	<b>Média</b>	<b>2,2</b>	<b>2,7</b>	<b>2,6</b>	<b>5,0</b>	<b>1,9</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>

Em contrapartida, a união de facto dos casais em primeira conjugalidade assume proporções claramente minoritárias: apenas 7,6% dos casais inquiridos se encontra nesta situação, tratando-se de mulheres que entraram na conjugalidade bastante cedo, após um período de namoro comparativamente longo (em média, quase 3 anos), e que passaram rapidamente para o formato de família nuclear.

Conclui-se assim que a coabitação se apresenta mais vinculada a momentos iniciais de transição na vida familiar e à formação de novas famílias do que a lógicas de substituição do casamento numa primeira conjugalidade. Estes resultados alinham, de certo modo, com a tendência para articular a coabitação a novas formas de organização da vida familiar, nomeadamente a entradas faseadas na conjugalidade e na parentalidade ou à formação de uma nova família com filhos a seguir a uma ruptura conjugal (Roussel 1989, Bozon 1991, Berrington 2001, Ottosen 2001), possibilidades a que não são alheios o prolongamento da juventude e o aumento do divórcio nas sociedades ocidentais contemporâneas (e também em Portugal<sup>61</sup>).

## Os contextos sociais da coabitação

A observação dos contextos sociais da coabitação permite-nos perceber que nem a todos os grupos sociais corresponde o mesmo estilo de prática informal. Como veremos, podemos fazer também nossa uma das principais conclusões de Villeneuve-Gokalp (1990), que atribui aos meios populares uma coabitação de carácter eminentemente substitutivo do casamento e aos meios mais qualificados uma coabitação de perfil mais transitório.

Neste sentido, notamos que a coabitação transitória sem filhos – a de pré-casamento e mais ainda a de experimentação – predomina entre as mulheres com escolaridade superior (quadro n.º 2) e entre os casais de grupos sócio-económicos mais qualificados (quadro n.º 3). Pelo contrário, as lógicas de coabitação inclusivas de filhos, seja a transitória coabitação de entrada na parentalidade, seja a mais duradoura união de facto, surgem sobrerrepresentadas entre as mulheres que não ultrapassaram o nível básico de ensino e entre os casais de meio operário. A união de facto associada ao recasamento é, na verdade, o único estilo de coabitação que assume alguma transversalidade social.

Quadro n.º 2 - Perfis de coabitação segundo o nível de escolaridade da mulher

	Total	Básico	Secundário	Superior
<i>Coabitantes</i>	15,8	15,1	18,6	18,0
<i>Casados sempre</i>	84,2	84,9	81,4	82,0
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0
Pré-casamento	32,1	31,4	28,6	<b>40,0</b>
Experimentação	17,7	13,5	<b>31,4</b>	<b>28,6</b>
Entrada na parentalidade	22,0	<b>24,6</b>	14,3	14,3
União de facto 1.ª conjugalidade	7,6	8,7	8,6	—
União de facto recasamento	20,6	21,7	17,1	17,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

$X^2=15,07$ ;DF=8;  $P<,05$  (cc=,23)

<sup>61</sup> Sobre o aumento do divórcio em Portugal, ver (Torres, 1996 e Almeida *et al.*, 1998).

**Quadro n.º 3 - Perfis de coabitação segundo a classe social do casal**

	Total	Empresários e dirigentes, profissões intelectuais e científicas, profissões técnicas e intermédias	Empregados executantes	Operários industriais
<i>Coabitantes</i>	15,8	15,7	15,5	12,6
<i>Casados sempre</i>	84,2	84,3	84,5	87,4
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0
<hr/>				
Pré-casamento	33,2	41,2	33,3	30,6
Experimentação	17,8	31,4	13,3	12,2
Entrada na parentalidade	21,2	7,8	29,3	28,6
União de facto 1.ª conjugalidade	7,1	2,0	6,7	10,2
União de facto recasamento	20,7	17,6	17,3	18,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

$X^2=22,82$ ;DF=12;  $P<,03$  (cc=,29)

A questão dos filhos possui um papel preponderante na configuração destas linhas divisórias. Nos grupos mais qualificados pode-se “experimentar” a união durante alguns anos, mas o casamento acaba por se realizar antes do duo passar a trio, acontecimento que indicia a separação entre os dois períodos: o de casal, eventualmente mais experimental, e o de família, exigente de uma formalização da união pelo casamento. Nos grupos operários a lógica é outra, mesmo que se trate de uma coabitação transitória: esta é, mais frequentemente, substitutiva do casamento, não constituindo este um passo necessário à formação de uma família com filhos. Mais precariedade e menos planeamento podem estar na razão directa da sucessão dos acontecimentos, dando valia à ideia de que, tal como no passado, uma coabitação de matriz prolongada e familiar pode desenvolver-se, num expressivo número de casos, em meios mais descapitalizados.

**As relações de género no casal: o trabalho profissional e doméstico**

Neste ponto da nossa exposição viramo-nos para dentro da família, procurando saber se existem diferenças entre coabitação e casamento no que respeita às dinâmicas da própria conjugalidade e à situação da mulher. Muitos autores, ao vislumbrarem no aumento da coabitação um sinal de modernização da vida conjugal, associam-na a situações mais igualitárias em matéria de divisões de género no casal. Verificar-se-ão em Portugal estas tendências?

Como seria já de prever, o grau de igualdade de género na divisão conjugal do trabalho depende do tipo de coabitação de que se esteja a falar. Na coabitação de pré-casamento ou de experimentação, experiências transitórias e sem filhos, surgem sobrerrepresentadas as mulheres que sempre trabalharam profissionalmente (quadro n.º 4) e que dividem pelo menos uma tarefa doméstica com o seu cônjuge (quadro n.º 5), número que, parecendo pequeno, as coloca no padrão médio da amostra. Na coabitação de entrada na parentalidade ou na

união de facto de primeira conjugalidade, mais associadas a meios populares, notamos, inversamente, que a percentagem de mulheres que nunca trabalharam é bastante elevada, chegando a abarcar quase 1/3 de casos, e que o número médio de tarefas domésticas partilhadas pelo casal é menor, apontando para situações conjugais cunhadas por uma maior desigualdade de género.

**Quadro n.º 4 - Trajectória profissional da mulher e n.º de tarefas domésticas partilhadas pelo casal segundo os perfis de coabitação**

	Total de casados	Total de coabitantes	Pré-casamento	Experiência	Entrada na parentalidade	União de facto 1.ª	União de Facto
Sempre com trabalho	53,4	43,3	<b>50,6</b>	<b>53,1</b>	32,8	23,8	42,1
Sempre sem trabalho	11,7	15,5	9,0	6,1	<b>26,2</b>	<b>28,6</b>	17,5
Trabalho em 1/2 momentos	34,9	41,2	40,4	40,8	41,0	47,6	40,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
X <sup>2</sup> =18,00;DF=8; P<,02 (cc=,25)							
N.º médio de tarefas domésticas partilhadas actualmente pelo casal	1,0	0,9	<b>1,0</b>	<b>0,9</b>	0,8	0,6	0,8

A hipótese de que a coabitação contribuiria para promover maior igualdade de género na conjugalidade não apresenta aqui uma corroboração global, só podendo ser compreendida à luz do carácter de classe das experiências informais. No caso dos perfis associados a meios escolarizados, coabitação e casamento parecem relativamente próximos, havendo até um ligeiro pendor igualitário associado aos percursos de entrada informal na vida a dois. No caso dos perfis de coabitação mais comuns aos meios populares, a experiência informal não parece engendrar relações mais paritárias, actuando a favor da desigualdade de género. Se observarmos os resultados apresentados no quadro n.º 5 podemos tornar ainda mais clara a ideia exposta.

**Quadro n.º 5 - Trajectória profissional da mulher, tarefas domésticas partilhadas pelo casal e modo de entrada na conjugalidade, segundo a classe social do casal**

	ED, PIC, PTEI (n=324)			OI (n=389)		
	Total	Coabitação	Casamento	Total	Coabitação	Casamento
Sempre com trabalho	71,9	82,4	70,0	38,0	14,3	41,4
Sempre sem trabalho	3,1	0,0	3,7	23,5	51,0	19,5
Trabalho em 1/2 momentos	25,0	17,6	26,4	38,5	34,7	39,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N.º médio de tarefas domésticas partilhadas pelo casal actualmente	1,4	1,5	1,4	0,8	0,6	0,9

De facto, entre os grupos sócio-profissionais mais qualificados verificamos que as mulheres que entraram na conjugalidade pela via informal têm, em maior proporção do que as casadas, trajectórias sempre com trabalho, destacando a cumplicidade entre coabitação e autonomia profissional feminina. No

meio operário, os termos de comparação entre coabitação e casamento invertem-se: a primeira articula-se, muito mais do que o segundo, a situações conjugais marcadas pela desigualdade.

Conclusão: a hipótese que articula coabitação e dinâmicas conjugais centradas numa maior igualdade de género é simultaneamente corroborada e refutada, apontando para a importância sociológica do meio social na compreensão do fenómeno. De um lado, entre os grupos detentores de mais capitais, a autonomia feminina e a igualdade conjugal aliam-se às práticas de coabitação, em conformidade com uma matriz modernista de explicação. De outro, a coabitação operária funda alicerces na desigualdade e na dependência feminina, contrariando os postulados modernistas. Os seus modelos conjugais, mais do que acontece no casamento, são trespassados pela diferenciação de papéis de género.

### A orientação para a autonomia

Estarão os casais que coabitam ou coabitaram mais vocacionados para a autonomia do que os que sempre foram casados? A questão da orientação para a autonomia é um argumento bastante utilizado para explicar o aumento da coabitação. Ora, em face dos modelos fortemente classistas que encontramos na sociedade portuguesa, resta-nos saber até que ponto o acento na autonomia pessoal é apanágio dos casais com percursos inicial ou permanentemente informais, fazendo o contraponto com a postura supostamente mais fusional associada aos casados.

A resposta à pergunta colocada é afirmativa (quadro n.º 6): em comparação com aqueles que sempre foram casados, quem passou pela experiência da coabitação informal, acentua a busca de autonomia pessoal (nos lazeres e no dinheiro pretende-se muitas vezes reservar espaço para si), em detrimento de uma postura fusional (procura-se partilhar tudo com o cônjuge). As distâncias entre coabitação e casamento são, em questões de autonomia e fusão, um tópico a sublinhar.

Quadro n.º 6 - A orientação para a autonomia e a fusão<sup>62</sup>

	Total de casados	Total de coabitantes	Pré-casamento	Experimentação	Entrada na parentalidade	União de facto recasamento	União de facto 1.ª conjugalidade
Fusão	63,5	47,8	<b>55,7</b>	40,8	<b>52,5</b>	43,9	28,6
Autonomia relativa	28,7	38,3	35,3	<b>49,0</b>	35,6	29,8	<b>57,1</b>
Autonomia	7,8	13,9	9,1	10,2	11,9	<b>26,3</b>	14,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Contudo, são também de assinalar as diferenças interiores ao diversificado grupo dos casais coabitantes. Se a coabitação se associa sempre a posturas mais voltadas para a autonomia, existem ainda assim perfis mais propensos do

<sup>62</sup> Esclareça-se que este indicador agregado mede o grau de fusão e de autonomia veiculada pela mulher a propósito da partilha conjugal dos lazeres, tempos e amigos e da partilha conjugal do dinheiro. Por autonomia entende-se a afirmação da independência pessoal nas duas dimensões da vida quotidiana do casal.

que outros a esta orientação interna do casal. Com efeito, observamos, globalmente, que na coabitação pré-nupcial a percentagem de mulheres que assume uma orientação para a autonomia forte (no dinheiro e nos tempos livres) é menor do que acontece no caso das uniões de facto. Entre as primeiras, são as mulheres que tiveram experiências de coabitação transitória de pré-casamento (em que a passagem foi entre a coabitação e o casamento foi rápida) ou de entrada na parentalidade (em que se formou uma família ainda antes de casar), as que se mostram tendencialmente mais fusionais, chagando esta postura a englobar mais de metade dos casos aí abrigados. Na coabitação de estilo “experimentação”, a orientação para o resguardo da autonomia pessoal na conjugalidade volta a predominar, quiçá porque esta postura seja mais popular entre grupos sócio-profissionais mais qualificados, ou quiçá porque a própria atitude de “experimentação”, corporificada num maior investimento na fase coabitante de casal sem filhos (por conseguinte, numa conjugalização mais lenta), promove o desenvolvimento da autonomia pessoal.

De qualquer modo, podemos afiançar que tanto em meios muito qualificados, como em meios populares a procura de autonomia constitui um elemento diferenciador entre coabitação e casamento. Conclui-se que, mesmo em situações de maior dependência feminina, a informalidade do laço conjugal é cúmplice de uma orientação para a autonomia pessoal. A formalização inicial da conjugalidade conecta-se acrescidamente a uma visão fusional do casal. Esta cumplicidade entre coabitação e orientação para a autonomia, que atravessa todo o espaço social, é, afinal, compreensível à luz de dois processos centrais na modernidade: a privatização da vida familiar e a individualização das relações sociais.

## Notas finais

À laia de conclusão, três pequenas notas merecem relevo.

Uma primeira conclusão reside no facto de a expansão da coabitação não se fundar sobretudo numa recusa do casamento, mas, resultar, antes, da crescente popularidade de novas formas de encadeamento das etapas de construção do casal e da família. Estas novas formas de organizar a vida estão associadas a um aspecto importante do movimento de modernização da vida familiar, que consiste na maior abertura do campo de possibilidades para a construção de percursos familiares, em comparação com a linearidade do esquema tradicional. Os trajectos tornam-se mais informais e surgem marcados por novos momentos de transição: as entradas faseadas na vida familiar, as rupturas e recomposições. Na medida em que a coabitação aparece, em Portugal, consideravelmente associada a passagens e reorganizações, é indicativa de desinstitucionalização do casamento, tendência que vai ao encontro das registadas noutros países (Kauffman 1993; Singly 1993), no sentido da proliferação de novos comportamentos na esfera privada.

Numa segunda nota, devemos, contudo, aludir, malgrado a transversalidade social da coabitação, ao carácter de classe inerente à sua prática. A diversidade de estilos que encontrámos é, em grande medida, uma diversidade de classe, tal como acontece, aliás, noutros contextos. Neste sentido, pode considerar-se que a coabitação operária tende a reproduzir a ordem tradicional do casamento, surgindo frequentemente associada a vários tipos de precariedade

(económica, profissional e conjugal), ao passo que a coabitação das classes médias aparece sobretudo como forma de entrada faseada na vida familiar, ligando-se a um modelo mais igualitário de relação (Villeneuve-GoKalp, Léridon 1988; Galland 1991).

Devemos, finalmente, frisar o carácter complexo da articulação entre coabitação e desinstitucionalização da conjugalidade, conexão cuja leitura deverá incluir necessariamente os contextos sociais em que é fabricada. Se podemos vislumbrar, do ponto de vista da relação entre público e privado, uma clara erosão de formas de controle social dos comportamentos privados, favorecendo globalmente a liberdade para casar ou não casar, do ponto de vista da dinâmica interna do casal, nomeadamente no que respeita à divisão do trabalho, encontramos uma demarcação entre meios qualificados que se associam a práticas modernistas orientadas para a igualdade e meios populares em que a dependência feminina fomenta, frequentemente, a cumplicidade entre coabitação e formatos mais tradicionalistas de família.

## Bibliografia

Almeida, A. N., Guerreiro, M. D., Lobo, C., Torres, A., Wall, K. (1998), “Relações Familiares: Mudança e Diversidade”. In J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, 45-78.

Aries, Ph. (1973), *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Seuil.

Bawin-Legros, B. (1988), *Familles, Mariage, Divorce*, Liège, Pierre Mardaga.

Beck, U. e Beck-Gernsheim, E. (1995), *The Normal Chaos of Love*, Cambridge, Polity Press.

Berrington, A. (2001), “Entry into parenthood and the outcome of cohabiting partners in Britain”. *Journal of Marriage and the Family*, 63: 80-96.

Bozon, M. (1991), “Le mariage: montée et déclin d’une institution”. In François de Singly (org.), *La Famille, l'État des Savoirs*, Paris, Éditions La Découverte, 47-57.

Burgess, E. W., Locke, H. J., Thomas, M. (1945), *The family from institution to companionship*, New York, American Book.

Galland, O. (1991), “L’entrée dans la vie familiale”. In François de Singly (org.), *La Famille, l'État des Savoirs*, Éditions La Découverte, Paris, 34-46.

Inglehart, Roland. (1997), *Modernization and Postmodernization — Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*, New Jersey, Princeton University Press.

Kaufmann, J.-C. (1993), *Sociologie du Couple*, Paris, PUF.

Léridon, H., Villeneuve-Gokalp, C. (1988), “Les nouveaux couples: nombres, caractéristiques et attitudes”. *Population*, 2: 331-374.

Ottosen, M. H. (2001), “Consensual unions – a symptom of equality and partnership? Children with cohabiting and married parents”, comunicação apresentada na 5.<sup>a</sup> Conferência da ESA, Finlândia.

Roussel, L. (1987), “Deux décennies de mutations démographiques (1965-1985) dans les pays industrialisés”. *Population*, 3: 429-448.

- Roussel, L. (1989), *La Famille Incertaine*, Paris, Odile Jacob.
- Shorter, E. (1977), *La Naissance de la Famille Moderne*, Paris, Seuil.
- Singly, F. de (1993), *Sociologie de la Famille Contemporaine*, Paris, Nathan, Collection 128.
- Torres, A. (1996), *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos: Uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- Villeneuve-Gokalp, C. (1990), “Du mariage aux unions sans papiers: histoire récente des transformations conjugales”. *Population*, 2: 265-298.